



7 • Correio Braziliense — Brasília, quarta-feira, 13 de julho de 2022

<b>Bolsas</b> Na terça-feira	<b>Pontuação B3</b> Ibovespa nos últimos dias	<b>Salário mínimo</b>	<b>Dólar</b> Na terça-feira	<b>Euro</b> Comercial, venda na terça-feira	<b>Capital de giro</b> Na terça-feira	<b>CDB</b> Prefixado 30 dias (ao ano)	<b>Inflação</b> IPCA do IBGE (em %)
0,06% São Paulo	100.730	R\$ 1.212	5/Julho 5,389 6/Julho 5,422 8/Julho 5,268 11/Julho 5,371	R\$ 5,439 (+ 1,27%)	7,76%	13,30%	Fevereiro/2022 1,01 Março/2022 1,62 Abril/2022 1,06 Maio/2022 0,47 Junho/2022 0,67
0,62% Nova York	7/7 8/7 11/7 12/7						

## PLANOS DE SAÚDE

# ANS proíbe convênios de limitar consultas

Decisão vale para sessões com psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e fisioterapeutas

» ISABEL DOURADO\*

### Outras medidas

Em reunião extraordinária realizada na segunda-feira, a diretoria colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) aprovou o fim da limitação do número de consultas e sessões com psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e fisioterapeutas. A decisão vale para os usuários de planos de saúde com qualquer doença ou condição de saúde listada pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Todos os usuários de planos de saúde terão direito, a partir de 1º de agosto, a consultas ilimitadas. O Brasil tem 49,6 milhões de clientes dos convênios médicos. Antes da medida da ANS, o número de consultas cobertas pelo plano de saúde variava de acordo com cada doença do paciente. Agora, com a decisão, o uso é ilimitado e para se consultar com um desses profissionais basta apenas que as sessões de terapia sejam prescritas pelo médico que acompanha o usuário do plano de saúde.

Segundo a ANS, a decisão busca promover a igualdade de direitos aos usuários da saúde suplementar e padronizar o formato dos procedimentos atualmente assegurados relativos a essas categorias profissionais. Foram excluídas as Diretrizes de Utilização (condições exigidas para determinadas coberturas) para as consultas e sessões com psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e fisioterapeutas, e o atendimento passará a considerar a prescrição do médico assistente.

Em junho, a ANS havia aprovado uma norma que expandia a cobertura de planos de saúde para pessoas com transtornos globais do desenvolvimento, como o autismo. Desde 1º de julho, qualquer método ou técnica para tratamento dessas doenças indicado por médico assistente deve ser coberto obrigatoriamente.

A amplitude da cobertura dos planos de saúde tem sido motivo de polemias. Em 8 de junho, uma decisão da segunda seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) restringiu os procedimentos que devem ser obrigatoriamente cobertos pelas operadoras de planos de saúde no país — o chamado rol de procedimentos da ANS. Os ministros definiram que a natureza do rol é taxativa, o que desobriga as empresas de cobrirem pedidos médicos que estejam fora da lista de coberturas. Havia uma reivindicação dos usuários dos convênios médicos de que o rol fosse exemplificativo, o que permitiria o atendimento de casos não previstos e vinha dando margem a reivindicações de pacientes da Justiça.

Com o entendimento firmado pelo STJ, caso não haja substituto terapêutico ou esgotados os procedimentos do rol, pode haver, excepcionalmente, a cobertura do tratamento indicado pelo médico ou dentista.

\* Estagiária sob a supervisão de Odail Figueiredo

Fernando Lopes/CB/D.A. Press



» Serviços avançam 0,9% em maio

Em maio, o setor de serviços registrou crescimento de 0,9% no volume frente a abril, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O resultado veio acima das estimativas do mercado, que esperava avanço de 0,2%. Com isso, o setor, que é o que mais pesa no Produto Interno Bruto (PIB), recuperou o patamar pré-covid, ficando 8,4% acima do nível de fevereiro de 2020. Os principais setores que puxaram a recuperação foram os de serviços de tecnologia de informação (com 53,3% acima do nível pré-pandemia); serviços técnico profissionais (16,7%); e serviços de transporte e armazenagem (16,7%).

## Piso da enfermagem aprovado em 1º turno

» MICHELLE PORTELA

O texto base da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do piso salarial da enfermagem foi aprovado, ontem, em votação de primeiro turno, no Câmara dos Deputados. O presidente da Casa, deputado Arthur Lira (PP-AL) ainda não definiu a data da votação em 2º turno. A proposta fixa o piso salarial de enfermeiros em R\$ 4.750,00 e o

de técnicos de enfermagem em R\$ 3.325,00. Auxiliares de enfermagem e parteiras receberiam R\$ 2.375,00. A PEC já havia sido aprovada no Senado.

O texto recebeu 425 votos favoráveis e apenas sete contrários. Caso a medida passe definitivamente, as mensalidades dos planos de saúde deverão ter alta de, pelo menos, 6,6%, devido ao aumento da despesa com a folha de pagamento, de acordo com

estimativa da Confederação Nacional de Saúde (CNSaúde), entidade que representa hospitais, clínicas e laboratórios. A CNSaúde afirma ainda que a medida pode impactar em R\$ 6,3 bilhões as santas casas e hospitais filantrópicos.

Em nota, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) esclareceu que os planos de saúde são diretamente impactados pelos custos dos itens que

compõem a assistência à saúde, entre os quais estão os preços de insumos, a frequência de utilização dos serviços e os valores pagos a profissionais de saúde.

“Não há, no entanto, como mensurar o tamanho do impacto que a alteração de pisos salariais pode causar no setor de planos de saúde, já que os salários e valores pagos aos profissionais variam de região para região do país”, informou a agência.



RAUL VELLOSO

QUANDO SE TEM UM ATAQUE AO SISTEMA DE PREÇOS, COMO ESTÁ OCORRENDO HOJE NO CASO DO PETRÓLEO, PAÍSES COMO O BRASIL NÃO PODEM SIMPLEMENTE CRUZAR OS BRAÇOS À MUDANÇA, CABENDO AVALIAR SE FAZ SENTIDO COMPENSAR OS SEGMENTOS MAIS FRÁGEIS DE UMA SOCIEDADE DESPROVIDA DE RECURSOS COMO A NOSSA

## Sorte ou esperteza política?

Falando de sorte (para os que irão se beneficiar da medida), deve-se aprovar em breve, na Câmara Federal, a PEC dos Auxílios, que abre uma brecha para o governo furar o teto de gastos, ou gastar acima do limite estabelecido previamente, e ampliar e/ou turbinar programas sociais a pouco mais de três meses das eleições, algo que, normalmente, seria impossível, mas que, agora, é possibilitado pela decretação de algo excepcional como um “estado de emergência” pelas autoridades estabelecidas.

Cheiro de esperteza? O problema, realmente, é que, para alguns, poderá ficar parecendo que o governo estará apenas se aproveitando desse momento crítico que já vem vivendo, e de que ele já vinha se beneficiando conforme pesquisas mais recentes, para fazer uma movimentação capaz de arrebatar muito mais votos, via os novos auxílios, com vistas à

reeleição presidencial.

Quais os auxílios ou benefícios adicionais que a PEC prevê e como avaliar o impacto sobre as contas públicas atuais? Grosso modo, trata-se da ampliação de R\$ 400 para R\$ 600 do Auxílio Brasil, com cadastro ampliado, ao custo adicional estimado em R\$ 26 bilhões; reajuste do vale-gás para R\$ 120, com custo extra de R\$ 1,1 bilhão; lançamento do auxílio-caminhoneiro de R\$ 1 mil, com custo de R\$ 5,4 bilhões; subsídio para o transporte gratuito de pessoas com mais de 65 anos, com impacto de R\$ 2,5 bilhões; subsídio para a produção de etanol, ao custo de R\$ 3,8 bilhões; auxílio taxista, ao custo de R\$ 2 bilhões; repasse de R\$ 500 milhões por mês para outra novidade, que é o programa Alimentar Brasil, no âmbito federal. Custo total aproximado do pacote: algo ao redor de R\$ 41 bilhões.

A verdade é que, quando se tem um ataque ao sistema de

preços, como está ocorrendo hoje no caso do petróleo, países como o Brasil não podem simplesmente cruzar os braços à mudança, cabendo avaliar se faz sentido compensar os segmentos mais frágeis de uma sociedade desprovida de recursos como a nossa, porque, muitas vezes, as mudanças são muito pesadas para as pessoas de renda mais baixa suportarem. Então, em uma situação emergencial, como a atual, pode fazer sentido dar um apoio financeiro para os segmentos mais frágeis poderem enfrentar uma situação de preços tão difícil como essa que está aí. A dona de casa pobre não vai conseguir comprar o gás na quantidade suficiente para alimentar a mesma família se não receber uma ajuda para tanto. É preciso dar o devido apoio, até descobirmos se é algo temporário o que está acontecendo, ou não. A explosão da guerra Ucrânia-Rússia,

que é a causa principal, pode ser algo mais demorado do que se pensava. Sendo assim, pode fazer sentido decretar a emergência, independentemente da mudança eleitoral.

Reações como a de políticos que são também economistas ortodoxos podem estar exagerando a natureza do problema, quando alertam para um alto risco de perda da credibilidade fiscal do país associado à aprovação da PEC dos Auxílios, pelo seu impacto altista sobre a dívida pública. O ponto que já se fez nos meios acadêmicos internacionais, mas talvez não suficientemente, é que temos usado erradamente como indicador da solvência de um país a relação entre a dívida pública e o PIB. O erro está em comparar um estoque, a dívida, com um fluxo, a renda (isto é, o PIB), pois, ao se fazer isso, a apuração magnífica o valor que é medido.

Expectativas obviamente contam, e resultados ruins cer-

tamente ocorrerão se muitos acharem que eles virão, mas não necessariamente. Dessa forma, ainda que haja um alto risco de uma motivação eleitoreira exagerada estar prevalecendo, pode ser preferível errar pelo lado de gastar mais para ajudar as pessoas menos favorecidas e socorrê-las nessa situação de disparidade de preços tão importantes, como dos derivados do petróleo, do que ignorá-las e assistir, a distância, às consequências ruins da falta de socorro.

Penso que os R\$ 41 bilhões serão perfeitamente absorvíveis pela economia brasileira, lembrando que o que se quer é socorrer os menos favorecidos como tantos há, e sabendo que o desastre em curso ainda vai demorar, além de partir de que todo mundo é sério e está preocupado com a qualidade do gasto, ou seja, se é para socorrer os que precisam ser socorridos, podemos gastar esse dinheiro e o país não terá inflação mais

alta, nem maior desemprego...

De onde vai vir o dinheiro? Segundo as reportagens, por meio de crédito extraordinário. O que seria isso? Do lucro da Petrobras? Nada disso, virá de uma simples emissão de moeda, que pode eventualmente se transformar em dívida pública adicional. O Banco Central emite a moeda respectiva e a entrega ao Tesouro Nacional recebendo, em troca, e em última instância, uma dívida adicional a ser emitida naquele momento. Só não faria sentido se houvesse um posicionamento totalmente desfavorável dos agentes em relação à qualidade desse gasto ou à forma de medir as variáveis envolvidas. Basta lembrar de uma situação de guerra, quando se gasta um absurdo, e depois não ocorre a inflação explosiva que se temia, pela percepção geral de se tratar de uma situação emergencial a exigir uma emissão expressiva de moeda para bancar.